



Movimento dos Ameaçados por Barragens Vale do Ribeira

MARÇO DE 2014

Corredor Socioambiental Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira interliga o sudoeste do estado de São Paulo e o nordeste do estado do Paraná. Declarado Patrimônio Natural da Humanidade em 1999, contém mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, 150 mil hectares de restingas e 17 mil de manguezais.

A região abriga uma rica sociobiodiversidade: são mais de 80 comunidades quilombolas, uma área superior a dois milhões de hectares e que mantêm mais de 85% de suas áreas de Mata Atlântica preservadas (MMA/IBGE, 2002). Vivem no Vale do Ribeira centenas de comunidades caiçaras, 16 comunidades indígenas e a maior concentração de agricultores familiares do sudeste brasileiro. Também estão presentes na região, os diversos grupos de imigrantes, europeus, norte americanos e japoneses, enriquecendo sua diversidade cultural. Ali se concentra o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, 21% dos 7% de cobertura florestal que ainda restam de todo o bioma.

Conta ainda com quarenta Unidades de Conservação e milhares de cursos d'água que nascem e percorrem o território.

Com 470 km de extensão, o caudaloso Rio Ribeira de Iguape é o último grande rio dos estados de São Paulo e Paraná sem intervenção de barragens. Juntos, são responsáveis por manter uma paisagem cultural complexa, preservada, deslumbrante e única em todo o território brasileiro, configurando o mais importante corredor socioambiental do bioma Mata Atlântica.

Apesar disso, a região mantém um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, pela

falta de investimentos em alternativas para gerar emprego e renda que incorporem este rico patrimônio socioambiental. A construção da hidrelétrica de Tijucu Alto representa a manutenção deste modelo de desenvolvimento, que historicamente transformou a região em exportadora de matéria-prima barata (mineração, monocultura). A usina se destina a produzir energia para um grupo particular, e caso seja construída vai perpetuar a sina do Vale do Ribeira, de enriquecer alguns poucos de fora e manter a população local excluída do processo de desenvolvimento.

Com a ameaça da construção de Tijucu Alto e das outras barragens projetadas para Rio Ribeira, o patrimônio socioambiental da região corre sério risco neste momento.



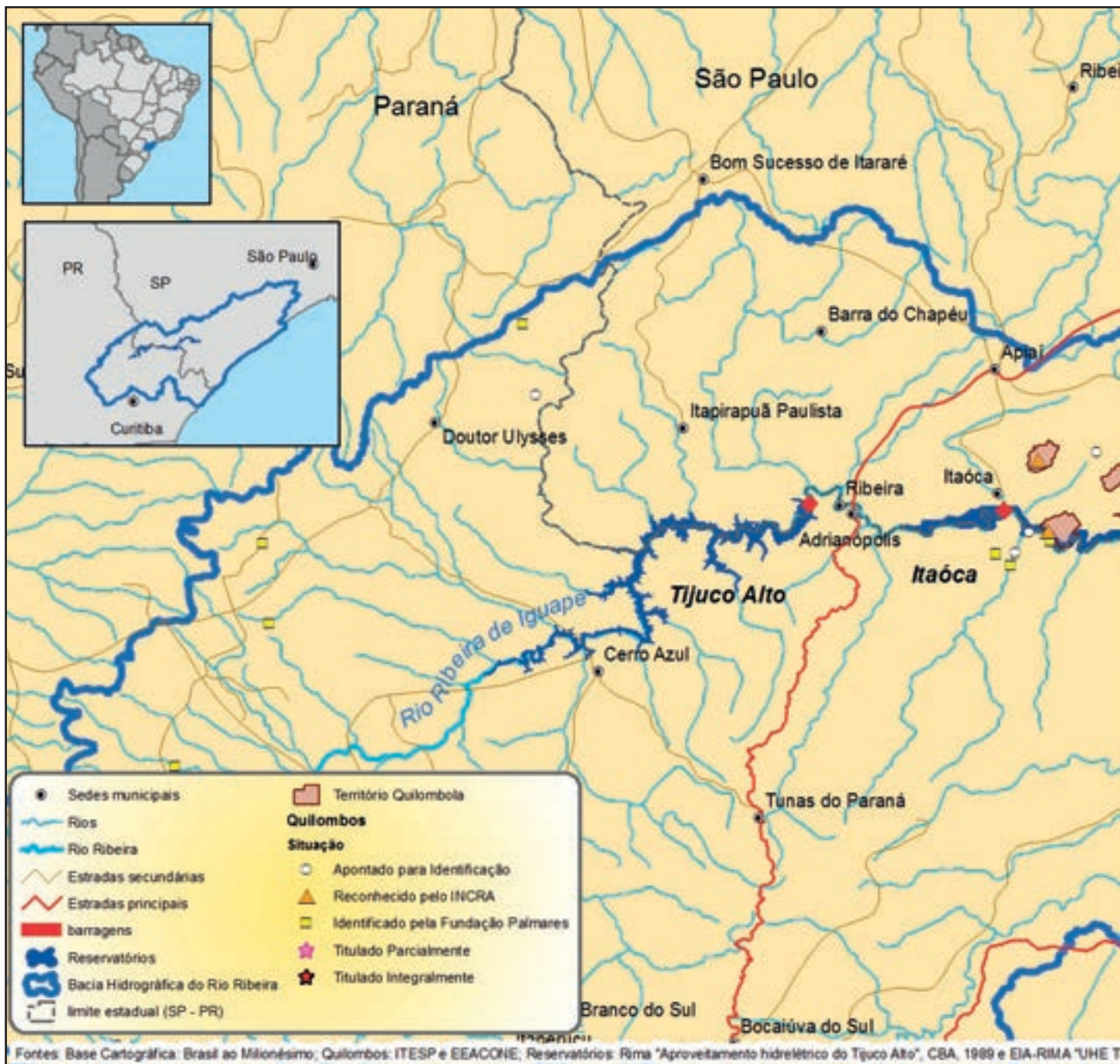
Foto: © Claudio Tavares/ISA

Diga não às barragens!
Sim à vida plena e diversa!

A ameaça das barragens no Ribeira de Iguape

Uma das maiores ameaças ao patrimônio socioambiental do Vale do Ribeira é o projeto de construção de barragens ao longo do Rio Ribeira de Iguape. Estudo de inventário hidrelétrico aprovado pelo governo federal na primeira metade da década de 1990 prevê a construção de quatro barragens (nomeadas Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal), com o objetivo de gerar energia e, supostamente, conter cheias.

No entanto, essas quatro barragens, se construídas, inundarão permanentemente uma área de aproximadamente 11 mil hectares, incluindo cavernas, Unidades de Conservação, cidades, terras de quilombos e de pequenos agricultores, além de alterar significativamente o regime hídrico do rio, o que traria prejuízos difíceis de mensurar. Exemplos recentes mostram que os estudos de impacto que o



empreendedor é obrigado a realizar não dão conta de mostrar tais prejuízos, como as cheias em Rondônia, na região afetada pela construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. No Vale do Ribeira, as barragens do Rio Juquiá, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)/ Grupo Votorantim, não evitaram as enchentes nos municípios próximos, ocorridas no início de 2014.

As barragens estão projetadas para o Médio e Alto Ribeira, regiões com maior presença da

agricultura familiar, comunidades quilombolas e Unidades de Conservação, o que se constitui em uma clara ameaça ao seu patrimônio cultural e ambiental. Publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA), o *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* (ACESSO EM http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/pdf-publicacao-final_inventario.pdf), identificou mais de 180 bens culturais em 16 comunidades.

As barragens ameaçam também as comunidades que dependem da pesca e do extrativismo marinho no Complexo Estuarino Lagunar de Cananéia-Iguape-Paranaguá. Vários estudos já apresentados apontam para possíveis alterações na produtividade pesqueira dessa região com a construção desses empreendimentos.

Entre todas as barragens projetadas, a que está em processo mais avançado de aprovação é a de Tijuco Alto. Planejada para o alto curso do Ribeira de Iguape, entre as cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR), pretende gerar 150 MW de energia, a qual seria utilizada exclusivamente pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim, que detém um complexo metalúrgico localizado a centenas de quilômetros da região, no município de Alumínio (SP).

A CBA, grande consumidora de energia elétrica, vem construindo hidrelétricas em diversos pontos do país para ampliar suas atividades e aumentar suas exportações, o que traz benefícios duvidosos ao país, na medida em que impacta a vida de muita gente para poder aumentar seus lucros.

O projeto de implantação da usina de Tijuco Alto já vem produzindo efeitos negativos na região há bastante tempo. Centenas de pequenos agricultores que viviam no local onde seria implantada a barragem venderam suas terras à CBA por acreditar que o território seria inundado. Muitas famílias que viviam nestas terras, mas não eram proprietárias, foram expulsas de suas casas sem nenhum tipo de indenização, aumentando o êxodo rural na região e gerando um grande passivo social.



A farsa do argumento do “empreendedor” e seus poucos defensores

A CBA, Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, alega que o empreendimento vai gerar empregos para a região. Mas não esclarece que serão somente dezenas de empregos especializados após a construção e que os técnicos virão de fora. Que os empregos temporários aumentarão a pressão sobre os serviços públicos (saúde, educação, moradia, transporte), já deficientes para a população local.

Alega, juntamente com outros, com interesse não claramente explicitado, que a barragem conterà as enchentes do Rio Ribeira de Iguape. Mas não esclarece que, em tempo de seca, o rio vai diminuir drasticamente sua vazão, com sérias consequências para a vida aquática, inclusive pescados, além do abastecimento humano e animal a jusante da barragem.

Não esclarece que no período de chuva serão obrigados a abrir as comportas, como já é feito em outras regiões do País e no próprio Vale do Ribeira (rios Juquiá e Par-

do), com potencial de provocar muito mais enchentes e riscos de rompimento, por ser uma região com solo sensível e pelo fato de a barragem ser muito alta.

Usam como argumento que Tijuco Alto é uma obra necessária para a contenção das frequentes enchentes na região, como o desastre ocorrido recentemente no município de Itaóca, que ocasionou danos materiais e mortes. Mas, neste caso, não esclareceram que o Rio Palmital e outros que tiveram cheias, são afluentes do Rio Ribeira e estão abaixo do local onde seria construída a barragem de Tijuco Alto.

Não falam nada das enchentes no Rio Juquiá que atingiu drasticamente os municípios de Miracatu e Juquiá, onde há quatro barragens do Grupo Votorantim e provavelmente a população local nunca saberá se a enchente foi ou não ocasionada pela abertura das comportas destas barragens. Provavelmente ocorrerá o mesmo caso Tijuco Alto seja construído.

É sabido que a região sofre todos os anos com grandes pancadas de chuva em diferentes lugares. Uma intervenção como a construção de barragem, como proposto pela CBA, pode trazer graves consequências para a população e para a rica diversidade ambiental.



Foto: © José Gabriel Lindoso

Resistência das comunidades e a campanha contra as hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape

Em função de todos esses impactos, formou-se na região o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que completa agora 25 anos de luta e resistência em defesa das comunidades ameaçadas e da riqueza socioambiental do Vale do Ribeira.

Composto principalmente pelas comunidades quilombolas que seriam afetadas pelas barragens, juntaram-se nesta luta outras tantas organizações sociais que atuam na região e que se opõem a esse modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente insustentável. Assim, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não governamentais e ambientalistas se associaram ao Moab para se opor à construção das barragens.

A campanha está sendo levada adiante por um grupo de pessoas e organizações, sediadas tanto no estado de São Paulo como no do Paraná, que não querem ver

o patrimônio socioambiental da região destruído com a construção das barragens.

É essencial que a sociedade brasileira tenha conhecimento sobre os impactos socioambientais que seriam causados pelas barragens, mais especificamente pela UHE Tijuco Alto, a primeira das quatro previstas e em fase de análise no Ibama neste momento.

Com informação e conhecimento, a população pode participar, opinar e dizer se quer ou não estas barragens. Neste boletim fornecemos elementos para que tanto a população local, diretamente atingida pelos projetos, quanto os cidadãos em geral, preocupados com o futuro de uma região tão rica em sociobiodiversidade, possam tomar uma posição com relação aos projetos de barramento do Rio Ribeira de Iguape.

Alertamos para as consequências negativas que a instalação de usinas hidrelétricas na região podem trazer para o Vale do Ribeira e para o País.

De forma sintética, reunimos informações recolhidas ao longo dos 25 últimos anos e as que estão contidas no novo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da UHE Tijuco Alto, elaborado pela CBA e entregue no final de outubro de 2005 ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Foto: © José Gabriel Lindoso

Os impactos socioambientais das barragens apontados no EIA/Rima

Os estudos ambientais apresentados pela Companhia Brasileira de Alumínio desde 1989, quando a empresa iniciou pela primeira vez o processo de licenciamento de Tijuco Alto, sempre foram considerados incompletos e inconclusivos.

Nunca conseguiram dimensionar adequadamente os impactos da obra sobre a qualidade da água, a mudança de seu regime hídrico, a influência sobre as centenas de cavernas existentes na região, a possibilidade de ocorrência de terremotos induzidos pelo enchimento do reservatório e, principalmente, qual seria seu reflexo sobre toda a organização socioeconômica regional.

A CBA tampouco discutiu com a sociedade alternativas energéticas ao projeto. Em outubro de 2003, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) indeferiu o pedido de licenciamento. Na sequência o órgão fiscalizador definiu novo Termo de Referência para os Estudos de Impacto Ambiental UHE Tijuco Alto sem contemplar a bacia toda e sem considerar, neste caso específico, a ameaça que ainda paira sobre a região de outras três barragens no Rio Ribeira de Iguape (Itaóca, Funil e Batatal).

No começo de outubro de 2005, a empresa entregou novo Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de Tijuco Alto ao Ibama, que pode ser lido no site do Ibama. É uma peça surpreendente. Em formato de estória em quadrinhos, na qual a usina de Tijuco Alto é um super-herói chamado “Tio Juco”, o relatório tenta descrever as características sociais, econômicas e ambientais da região do Vale do Ribeira afetada diretamente pela barragem. Também descreve os potenciais impactos do empreendimento, e indica quais ações deveriam ser tomadas para reduzir as consequências negativas da execução da obra, sem levar em conta a necessidade de esclarecimentos e de consulta à população local. Muito menos àquelas ameaçadas diretamente pelos impactos previstos.

De acordo com o relatório, o reservatório formado pela barragem de Tijuco Alto provocará uma série de impactos socioambientais na região que seriam, resumidamente, os seguintes:

Mineração e cavernas

O reservatório de Tijuco Alto atingirá 33 áreas com potencial de mineração. Destas, 12 têm potencial de exploração comprovado. Duas cavernas serão inundadas - Gruta do Rocha e Gruta da Mina do Rocha. O EIA-Rima afirma que estas grutas representam menos de 4% do patrimônio espeleológico da região estudada. Parte do pressuposto de que uma caverna a mais ou a menos não faz diferença alguma. Como se todas as cavernas fossem iguais.

Assoreamento

A CBA admite que, com a construção da barragem e o enchimento do reservatório, o relevo e as características da região serão modificados. “No trecho do rio acima da barragem ocorrerá um assoreamento, ou seja, uma certa obstrução do rio principal e de seus afluentes. Os impactos ocorrerão na área próxima do reservatório, na faixa de inundação, e a montante ao longo dos rios.” O relatório diz ainda que a área afetada pelo empreendimento já tem um relevo muito acidentado e sofre um processo de erosão que será intensificado, caso a barragem seja construída.

Outro impacto apontado e qualificado como o “mais significativo”, é a perda de paisagens, como corredeiras e ilhas que poderão ser encobertas pelo lago formado pela barragem.

Destrói-se parte do potencial de geração de trabalho e renda para população local, como turismo, por exemplo, para produzir pouca energia para um empreendimento particular.

Agricultura

De acordo com o estudo apresentado ao Ibama, a inundação de solos férteis e a alteração de outras áreas, em razão da elevação do lençol freático, são os dois principais impactos sobre as terras da região que incidirão sobre as condições de agricultura. O EIA-Rima diz ainda que a elevação do lençol freático ocorrerá nas terras baixas situadas ao redor do futuro lago. No total, 51,8 quilômetros quadrados serão inundados, sendo que quase a metade deste total (46%!) são terras aptas para a agricultura e 35% destinadas à pastagem, segundo o Rima.

Destrói-se assim parte da agricultura local, responsável pela manutenção de parte da diversidade de variedades e segurança alimentar das famílias que vivem no local.

Água

O relatório garante que o Rio Ribeira, caso represado, não terá seu PH alterado a ponto de mudar seu teor alcalino. Isso evitaria, segundo o EIA-Rima, que sedimentos contaminados por metais como chumbo – que foram despejados no rio e seus afluentes ao longo de décadas – se tornem “disponíveis” na água, podendo ser transmitidos Ribeira abaixo.

Colocam em risco a água consumida pela população e animais a jusante da barragem e aumentando os custos de tratamento para as cidades que captam água no rio Ribeira de Iguape.

Microclima

As alterações no microclima, sempre de acordo com o relatório apresentado pelo empreendedor, se limitariam às “bordas” do reservatório.

Apesar do EIA-Rima afirmar que as alterações no clima seriam “de pouco significado ambiental” – resumindo-se ao aumento da umidade relativa do ar, da nebulosidade e da intensidade dos ventos, e ao estabelecimento de uma menor variação de temperatura – os pequenos agricultores locais já



Foto: © Ewerton Libório

manifestaram preocupação em relação à perda de produtividade de suas lavouras e alteração no regime de chuvas em decorrência destas mudanças.

O empreendedor não sabe direito o quanto o regime de chuvas pode ser alterado no local. Na região já ocorrem grandes pancadas de chuva, como a que ocorreu em janeiro de 2014 no município de Itaóca, no Rio Palmital, resultando em vítimas fatais.

“Paliteiro”

O EIA-Rima admite que algumas espécies de árvores poderão morrer nas margens do reservatório, caso ele venha a ser construído. Elas não suportariam a elevação do nível da água, formando um cenário conhecido como paliteiro, uma espécie de cemitério de árvores. Uma das consequências é a proliferação de mosquitos, como já acontece em outras barragens no País.

Desmatamento

O EIA-Rima estima que 5.180 hectares serão desmatados caso o empreendimento seja construído. Deste total, cerca de 53% é formado por vegetação em estágio médio ou avançado de regeneração. Parte dessa rica biodiversidade do patrimônio brasileiro será destruída para gerar energia para produção de alumínio para exportação.

Fauna

Os impactos sobre a fauna serão diversos, de acordo com o relatório entregue ao Ibama. Em relação às aves, o desmatamento realizado para a formação do reservatório vai alterar a diversidade de espécies que existe atualmente na região. Prevê-se o abandono da área pelas aves que vivem em matas e a chegada de espécies adaptadas aos ambientes abertos. O tráfego de veículos de grande porte e as explosões provocadas durante a construção da barragem também podem afujentar muitos animais.

O EIA-Rima afirma que “animais mamíferos, répteis, anfíbios também serão impactados, mas em diferentes níveis, sendo que alguns se adaptam a nova situação, outros não. Mamíferos de grande porte serão os mais sensíveis, pois sempre precisam de áreas maiores para procriar”. Algumas espécies são endêmicas e algumas figuram na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Peixes

O EIA-Rima afirma que a maioria das espécies de peixes encontrada na região escolhida para a construção da barragem é composta por espécies que migram rio acima, para se reproduzir nos afluentes do Rio Ribeira. Diz que “é provável que ocorra a diminuição de número

de espécies, principalmente aquelas que só habitam o corpo principal do Rio Ribeira”.

O risco é a perda de algumas espécies e a diminuição de outras. Perde-se biodiversidade e coloca-se em risco a segurança alimentar de milhares de famílias ribeirinhas que se alimentam dos pescados do Rio Ribeira de Iguape.

Impactos sócio-econômicos

A construção de Tijuco Alto, além de todos os prejuízos ao meio ambiente da região, também deve exercer, segundo o EIA-Rima, uma pressão sobre os serviços públicos de saúde e educação dos municípios de Ribeira e Adrianópolis, para onde centenas de trabalhadores temporários se mudariam a fim de trabalhar no empreendimento. Esse fluxo poderia também provocar um aumento da prostituição e da violência. O EIA-Rima afirma que sete escolas, três postos de saúde, 17 igrejas e três cemitérios serão “afetados” pelo reservatório, caso ele seja realmente enchido.

Os serviços e as políticas públicas de educação, saúde, transporte são deficitários e não poderiam assumir novo contingente de trabalhadores e famílias que se deslocariam para a região. Mesmo por um período de um a dois anos, tempo estimado para a construção da barragem.

Foto: © José Gabriel Lindoso





Foto: © Anna Maria Andrade/ISA

Passivo social

O EIA-Rima afirma que 689 famílias terão suas vidas afetadas pela criação da barragem. É importante lembrar que nos últimos 15 anos outras centenas de famílias de ribeirinhos e pequenos agricultores já foram prejudicados no processo de compra de terras pela CBA na região em que a empresa planeja fazer o reservatório de Tijuco Alto. Naquele período, a empresa adquiriu 379 imóveis rurais - que hoje representam 60% da área do reservatório projetado. A compra dos imóveis provocou a queda na renda e o aumento do desemprego de ex-proprietários e ex-moradores, alterou o perfil socioeconômico de toda a região do Alto Vale do Ribeira e prejudicou a vida dos atuais habitantes. Aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros foram largadas à própria sorte, ao serem expulsas das terras onde viviam sem nenhum tipo de recompensa.

Investimentos em saúde, educação, estradas e transporte deixaram de ser realizados pelos gestores públicos em função da ameaça da barragem.

Arqueologia

A construção de Tijuco Alto ainda implicaria a destruição do patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico existente na área da barragem. O EIA-Rima

estima que sejam 35 indícios de valor arqueológico na área atingida pelo empreendimento.

Falta de consulta prévia e informada

O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT-Organização Internacional do Trabalho, que prevê a obrigatoriedade de se fazer um processo de consulta prévia e informada às comunidades indígenas e, de acordo com a jurisprudência nacional, quilombolas também, antes de serem tomadas decisões que afetem seus bens e direitos.

As comunidades afetadas pela barragem não foram informadas, esclarecidas e nem consultadas sobre Tijuco Alto. O Ibama joga a responsabilidade para a Fundação Cultural Palmares fazer o processo de consulta e dar parecer favorável para o empreendimento.

A Fundação Cultural Palmares, por sua vez, não tem capacidade técnica instalada para este trabalho. Sua responsabilidade é defender a preservação do patrimônio das comunidades afro-brasileiras, e não viabilizar a autorização de empreendimentos impactantes sobre as comunidades e seus territórios, sobretudo desrespeitando a legislação e os acordos assinados pelo governo brasileiro. É o que se espera da Fundação Cultural Palmares.



O que queremos

As pessoas e organizações que apoiam esta campanha têm um longo histórico de vida e trabalho no Vale do Ribeira e se opõem a um modelo de desenvolvimento que privilegie a concentração de terras e a instalação de grandes empreendimentos, em detrimento da sobrevivência e bem-estar das populações tradicionais e da possibilidade de se trilhar o rumo da sustentabilidade socioambiental.

Persistem ainda na região os grandes problemas fundiários, que trazem grave insegurança para as comunidades tradicionais e agricultores familiares. Além da falta de reconhecimento e titulação dos territórios tradicionais, há ainda os problemas de sobreposição de Unidades de Conservação sobre os territórios de quilombolas, indígenas e caiçaras.

Diversas oportunidades de uso sustentável dos recursos naturais vêm surgindo e sendo implementadas na região, muitas delas com apoio das instituições governamentais. Algumas ainda estão em fase inicial, outras já ganham escala e se mostram plenamente viáveis, como as políticas de apoio à comercialização (Programa Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e os projetos de ecoturismo e turismo de base comunitária. Estas oportunidades têm em comum a aposta na possibili-

dade de melhorar os índices de qualidade de vida na região, mediante uma melhor oferta de serviços públicos, no uso sustentável dos recursos naturais, na permanência das populações tradicionais em suas terras e na remuneração pelos serviços ambientais que elas prestam. As organizações que apoiam essa campanha acreditam nesse modelo de desenvolvimento, e por ele vêm trabalhando.

O Vale do Ribeira tem todas as condições de receber um programa de desenvolvimento sustentável que busque resolver os graves problemas fundiários e, ao mesmo tempo, que incorpore em sua estratégia a conservação do patrimônio social, cultural e ambiental aqui presente. Estão dadas as condições para esse desenvolvimento diferenciado de outras regiões, que concentrou riqueza nas mãos de poucos, gerou miséria e expulsou do campo para a periferia das grandes cidades a população rural.

Se você também acredita que o Vale do Ribeira merece uma chance de poder se desenvolver com base nestes valores, o convidamos a se juntar a esta empreitada em defesa do patrimônio socioambiental encravado no meio de duas das maiores metrópoles do país (São Paulo e Curitiba).

Terra sim, barragem não!

O que dizem os movimentos sociais e associações do Vale do Ribeira

A opinião de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais, religiosas, ambientalistas, entre outras, tem o papel fundamental de divulgar junto à opinião pública local, regional e nacional o que significa construir barragens no rio Ribeira de Iguape. Confira algumas dessas opiniões.



ANTÔNIO CARLOS NICOMEDES

MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS POR BARRAGENS DO VALE DO RIBEIRA

“O Movimento dos Ameaçados por Barragens se posiciona contra o projeto de construção de barragens no Rio Ribeira e contra o modelo excludente de produção e consumo de energia elétrica aplicado no Brasil. As construções das grandes barragens beneficiam os grandes grupos financeiros, empreiteiras, construtoras, empresas de equipamento, etc. Enquanto isso, milhares de pessoas são expulsas à força de suas propriedades e atividades, perdem suas terras mais férteis e produtivas e florestas são destruídas. Povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos perdem suas terras, tradições e têm seus monumentos culturais desrespeitados. No Vale do Ribeira não vai ser diferente. Por isso o MOAB luta por um desenvolvimento sustentável para a região, incentiva a busca por alternativas de geração e distribuição de energia que modifiquem a real matriz energética brasileira, o que somente será possível através de uma real democratização da política energética e de seu compromisso com um projeto de uma sociedade socialmente justa e ecologicamente responsável. O nosso grito é por TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!”



NILTO TATTO

COORDENADOR PROGRAMA VALE DO RIBEIRA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

“O Vale do Ribeira precisa de outro tipo de investimento e de outro modelo de desenvolvimento. Investimento que incorpore na sua estratégia de desenvolvimento a sua riqueza socioambiental. As barragens no rio Ribeira representa o mesmo do mesmo que degradou outras regiões, expulsou a pessoas para as cidades e concentrou riqueza, em detrimento da qualidade de vida da maioria do povo. Daqui a pouco não teremos mais rios correndo livremente e as futuras gerações não saberão o que é um rio verdadeiro, rico e belo como rio Ribeira.”



BENEDITO ALVES DA SILVA

EQUIPE DE ARTICULAÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES NEGRAS (EACONE)

“Essa barragem é pra nós um grande crime, isso é uma coisa que não devia acontecer, simplesmente nós estamos correndo este risco, e lutando há mais de vinte anos contra essa barragem. Nosso objetivo é impedir esta barragem, porque se ela acontecer, muitas comunidades quilombolas vão desaparecer porque, se fizer essa primeira barragem lá, pode fazer as outras, afinal são quatro projetos. Fazendo as quatro, todas as comunidades vão desaparecer e, no nosso ponto de entender, vai violar um patrimônio brasileiro que são os quilombos. Também não vai ser respeitada a Constituição Federal, os artigos 215, 216 e 168, que garantem nossos direitos. O Quarto poder não pode passar por cima deles, e os governos, tanto o federal, o estadual como o municipal não estão fazendo nada para que isso não aconteça. E continuaremos na luta por causa disso.”



LAURA JESUS DE MOURA E COSTA

COORDENADORA GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS, DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEDEA), INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DE CERRO AZUL, E DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ.

“A autorização para a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira, é um gravíssimo erro administrativo, político e desenvolvimentista. Já desalojou e continuará desalojando centenas de famílias de pequenos produtores da agricultura familiar do Vale do Ribeira e contribuirá para aumentar ainda mais a pobreza na região em troca de favorecimentos e enriquecimentos de quem já tem excedentes de capital, como a CBA - Companhia Brasileira de Alumínio - do sr. Antonio Ermírio de Moraes. Esta usina não atende às propostas de Agenda 21 Regional, muito menos de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira. É um verdadeiro desastre econômico e socioambiental. Temos que barrá-la na origem, antes que a barragem nos barre o crescimento e a vida.”



MARIA SUELI BERLANGA

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS JESUS BOM PASTOR - PASTORINHAS

“Considero a barragem um absurdo porque é voltada para produzir energia para a CBA exportar alumínio. O povo do Vale do Ribeira vai ficar com os prejuízos sociais enquanto uma empresa privada vai lucrar e depois não tem nem divisão de renda nem nada. Qual é a participação do povo no lucro dessa empresa? Então o povo paga o preço para que outros enriqueçam? Não é justo! Mesmo porque o Vale do Ribeira tem preservação ambiental, o povo tradicional é acostumado a conviver em harmonia com o meio ambiente, não é justo que alguém de fora em nome de um desenvolvimento destrua toda uma região.”



JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

ASSOCIAÇÃO QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA

“Temos que nos unir para impedir que o rio Ribeira, um patrimônio de todos nós, de múltiplos usos, seja apropriado pela iniciativa privada para um uso exclusivo: gerar energia para uma fábrica de alumínio. É nosso dever trabalhar para que o Vale do Ribeira ganhe um modelo de desenvolvimento sustentável e que promova a inclusão social”.



JOSÉ DA GUIA RODRIGUES MOURATO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBO DE SÃO PEDRO

“A gente tem medo da construção da barragem porque pode desencadear vários projetos que estão previstos no Vale do Ribeira. Então, quando vemos alguma coisa que vai colocar em risco nossos quilombos, a gente fica com o pé atrás e não aceita. Nem aceita negociação, quando se trata de colocar em risco a nossa terra e a nossa cultura, porque temos muito valor. É por isso que estamos nesse movimento, engajando cada vez mais, pra que possamos dar um basta nesse projeto e ficar livre, porque esse projeto já vem nos incomodando há bastante tempo. Queremos que seja tomada uma decisão definitiva contra.”